

Repartindo a riqueza

Nos últimos anos, a pobreza e a desigualdade diminuíram na América Latina, mas ainda há muito a fazer

Alicia Bárcena



Favela da Rocinha no Rio de Janeiro, Brasil.

O PERÍODO que sucedeu a crise dos mercados emergentes em 2002 foi bom para a América Latina. As economias exibiram crescimento dinâmico e registraram uma redução significativa da pobreza e uma ligeira melhoria na distribuição de renda — com um breve retrocesso durante a Grande Recessão que começou em 2008. Apesar desses avanços, a pobreza, a desigualdade e a marginalização econômica e social ainda são uma constante em muitos países latino-americanos — que, historicamente, apresentam uma das mais distorcidas distribuições de renda do mundo.

Os progressos refletem o forte crescimento econômico da região, que superou a média de 4% no período, bem como avanços nas políticas sociais e o aumento do número de trabalhadores que saíram da economia informal, onde os salários e a proteção social são mais precários e a produtividade é menor, e ingressaram na economia formal.

Além disso, graças a melhorias nas políticas monetária, tributária e de gasto público — e à forte demanda pelas *commodities* que sustentam as economias da região — os países latino-americanos, de modo geral, conseguiram superar a crise global com muito mais êxito que as economias avançadas. No passado, episódios de desaceleração mundial normalmente derrubavam as economias latino-americanas — e faziam as taxas de pobreza disparar. Desta vez, a redução da pobreza conseguida nos anos de expansão que precederam a crise ainda era evidente em 2010.

As taxas de pobreza da região tiveram queda significativa entre 2002 e 2008, a despeito das enormes variações de um país para outro. Em 2002, 44% dos latino-americanos, em média, não tinham condições de atender suas necessidades nutricionais e não nutricionais básicas; em 2008, esse número havia caído para 33% (Gráfico 1). Além disso, a miséria — o nível abaixo do qual os indivíduos não conseguem suprir suas necessidades alimentícias — também teve forte queda, de cerca de 19% em 2002 para menos de 13% em 2008.

A desigualdade de renda também vem caindo na maioria dos países da América Latina e do Caribe neste início de século. Utilizando o coeficiente de Gini, que mede a concentração de renda, verifica-se que 15 das 18 economias pesquisadas da região — Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Panamá,

Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela — registraram melhorias na distribuição de renda (Gráfico 2). Em pelo menos 11 delas, o avanço superou 5 pontos percentuais. Costa Rica, Guatemala e República Dominicana foram os únicos países em que a concentração de renda nas camadas mais ricas aumentou. O coeficiente de Gini varia entre 0 (todos possuem a mesma renda) e 1 (um indivíduo concentra toda a renda).

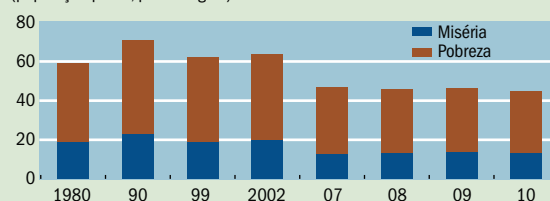
Mas a distribuição de renda na região continua muito assimétrica. A renda média per capita dos 10% mais ricos é cerca de 17 vezes maior que a dos 40% mais pobres — uma ligeira melhoria em relação a 2002, quando era 20 vezes maior. Assim, muitas famílias saíram da pobreza, mas ainda não colheram os benefícios do crescimento econômico. Esse dado não surpreende. A pobreza, mesmo que endêmica, é muito mais sensível aos ciclos econômicos que a distribuição de renda. A desigualdade de renda é uma condição duradoura que reflete graves problemas de estratificação social e desigualdade de riqueza que são transmitidos de geração a geração.

Os avanços no combate à pobreza e na distribuição de renda devem-se, em grande medida, ao crescimento e às políticas públicas, bem como à interação entre ambos. Muitas economias da região ampliaram os recursos disponíveis para a execução de políticas sociais. Os gastos sociais cresceram, em média, de 12,2% do PIB no período 1990–91 para 18% do PIB no período

Gráfico 1

A pobreza em declínio

Desde a última crise dos mercados emergentes, em 2002, a pobreza vem recuando na América Latina e no Caribe, salvo por um aumento ínfimo em 2009, no auge da recessão global. (população pobre, porcentagem)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.
Obs.: Uma pessoa é considerada pobre se sua renda diária não for suficiente para comprar uma cesta de produtos e serviços básicos. A miséria implica que a pessoa não consegue suprir suas necessidades nutricionais. As cestas de consumo e a renda são calculadas individualmente, para cada país.



2007–08. Os programas sociais passaram de 45% para 65% do total da despesa pública.

Os programas de transferência condicionada de renda, nos quais as famílias recebem um pagamento em troca de um comportamento socialmente responsável — como manter as crianças na escola — também têm contribuído para melhorar a distribuição de renda e reduzir a pobreza. Outros programas sociais importantes são o seguro-desemprego, os subsídios à contratação e os programas de geração de emprego.

A América Latina passou quase incólume pela primeira fase da crise global — que causou graves turbulências nos mercados financeiros da Europa e dos Estados Unidos. Mas a crise financeira se alastrou para a economia real, que produz bens e serviços, e o comércio mundial sofreu forte contração entre o fim de 2008 e o início de 2009. O PIB latino-americano caiu 1,9% em 2009 — o maior recuo anual em duas décadas. Mas, ao contrário do que ocorreu em crises anteriores, muitos governos conseguiram aplicar políticas para aliviar o impacto da desaceleração econômica. As políticas sociais — juntamente com medidas anticíclicas nas esferas de tributação, gastos públicos e política monetária — foram parte do esforço empreendido pelos governos da região para mitigar os efeitos econômicos e sociais da crise global.

A expectativa é que a recuperação em quase todos os países latino-americanos e caribenhos em 2010 — impulsionada em grande medida pela adoção de políticas anticíclicas e pela melhoria da conjuntura econômica global — contribua para novos avanços sociais. Segundo as mais recentes estimativas da Cepal, a taxa de pobreza da região teve um aumento ínfimo em 2009 (de 33% para 33,1%) e em 2010 provavelmente baixou um ponto percentual, para 32,1%. Estima-se que a miséria, que aumentou 0,4 ponto percentual em 2009, tenha recuado para 12,9%, mesmo nível registrado em 2008.

Além do crescimento econômico e dos avanços nas políticas sociais, mudanças nos mercados de trabalho também con-

tribuíram para reduzir a pobreza e a desigualdade de renda. Em muitos países, a ampliação dos postos no setor formal e o aumento do salário mínimo beneficiaram mais as famílias de baixa renda, em termos relativos, que as famílias mais abastadas.

Apesar desses avanços, há obstáculos estruturais que poderiam ameaçar seriamente futuros progressos no bem-estar econômico.

- A despeito da transição recente de alguns trabalhadores do setor informal para o formal, o emprego informal ainda prevalece. Quase por definição, os empregos informais permanecem ocultos e raramente são tão produtivos quanto os do setor formal. O hiato de produtividade entre os setores formal e informal produz disparidades salariais e desigualdade. Além disso, como os empregadores informais não pagam contribuições previdenciárias, seus empregados não têm a mesma proteção que os do setor formal, o que deixa muita gente sem um seguro-saúde adequado e sem proteção na velhice.

- A distribuição desigual de ativos financeiros e reais significa que grande parte da sociedade latino-americana não está preparada para enfrentar a instabilidade socioeconômica.

- O acesso reduzido da população pobre à saúde e à educação dificulta a distribuição mais equitativa da renda.

Todos esses fatores concorrem para o constante problema dos hiatos de produtividade estrutural da região — dentro dos países e em comparação ao resto do mundo (ver “Cara a cara com a produtividade”, nesta edição de *F&D*). Esse descompasso se traduz em empregos de baixa remuneração e transmite um legado de pobreza e desigualdade de geração a geração, um círculo vicioso do qual é difícil escapar.

A Cepal propôs uma estratégia abrangente de desenvolvimento para solucionar esses problemas estruturais e erradicar a pobreza e a desigualdade. Essa estratégia coloca a igualdade no centro do desenvolvimento. Ela define um papel essencial para o governo e postula o uso de parcerias público-privadas na formulação de políticas socioeconômicas.

Em sua abordagem à produção, a Cepal identifica três políticas interligadas: uma política industrial focada nos setores mais inovadores, uma política tecnológica que amplie e dissemine o *know-how* e políticas de apoio às pequenas e médias empresas.

As políticas sociais, de emprego e de educação formam o núcleo da agenda de igualdade. A política trabalhista, por si só, não gera empregos, mas ajuda os países a se adaptar às novas condições do mercado global, dando aos trabalhadores uma proteção econômica fiscal e socialmente responsável.

A igualdade social e o crescimento econômico não são incompatíveis: o desafio é descobrir como torná-los mutuamente benéficos. ■

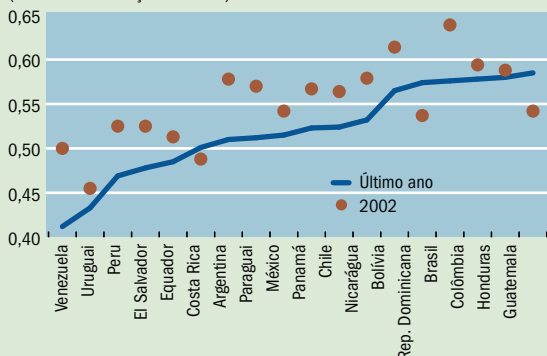
Alicia Bárcena é Secretária Executiva da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe.

Gráfico 2

Repertindo a riqueza

A distribuição de renda melhorou em quase toda a América Latina desde 2002, que marcou a última crise das economias emergentes.

(índice de distribuição de renda)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Nota: A distribuição de renda é medida pelo coeficiente de Gini, que varia entre 0 (todos possuem a mesma renda) e 1 (um indivíduo concentra toda a renda).

Referências:

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), 2010, *La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir* (Santiago, Chile).

———, 2010, *Panorama Social da América Latina 2010* (Santiago, Chile).